



## **Demonstrações Financeiras**

**Preparadas de Acordo com as Práticas Contábeis  
Adotadas no Brasil**

**Companhia de Arrendamento Mercantil  
RCI Brasil**

**31 de Dezembro de 2014**

## COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL

	<b>Pág.</b>
<b>Índice das Demonstrações Financeiras:</b>	
Relatório da Administração	1
<b>Demonstrações Financeiras:</b>	
Balanços Patrimoniais	3
Demonstração dos Resultados	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa	7
Demonstração do Valor Adicionado	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	9
Relação dos Administradores	23
Relatório dos Auditores Independentes	24

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

---

**Senhores Acionistas:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (Companhia), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

**Mercado de Atuação**

A Companhia, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

**Patrimônio Líquido e Resultado**

O patrimônio líquido atingiu R\$737 milhões em 31 de dezembro de 2014, apresentando evolução de 7,9% em relação a R\$683 milhões em 31 de dezembro de 2013. O lucro líquido apresentado no exercício foi de R\$72 milhões em comparação a R\$73 milhões do mesmo período do ano anterior.

**Ativos e Passivos**

Em 31 de dezembro de 2014, os ativos totais atingiram R\$3.484 milhões, apresentando uma redução de 12,6% em comparação a R\$3.986 milhões em 31 de dezembro de 2013, e estão representados principalmente pelas operações de arrendamento mercantil no montante de R\$3.140 milhões (31/12/2013 - R\$3.655 milhões), os quais, reduzidos do valor residual garantido registrado no passivo no valor de R\$2.032 milhões (31/12/2013 - R\$2.280 milhões), representam uma carteira líquida de R\$1.108 milhões (31/12/2013 - R\$1.375 milhões).

As captações em depósitos interfinanceiros totalizaram R\$115 milhões em 31 de dezembro de 2014 em comparação a R\$452 milhões em 31 de dezembro de 2013.

**Conjuntura Econômica**

O desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre (último dado disponível, divulgado em dezembro de 14) mostrou queda de 0,2% em comparação com o mesmo trimestre em 2013. Os investimentos recuaram 8,5%, enquanto o consumo das famílias apresentou uma ligeira expansão de 0,1%, no mesmo período. Pelo lado da oferta, o setor de serviços apresentou uma alta de 0,5%. Já o PIB industrial, pela segunda vez consecutiva, registrou queda de 1,5% no período, e a agropecuária apresentou uma expansão de 0,3%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA) alcançou 6,4% no acumulado em 12 meses terminados em dezembro de 2014, ligeiramente abaixo do teto da meta de inflação (que é de 6,5%). Os preços de serviços continuam como a principal fonte de pressão inflacionária. Na reunião realizada em 21 de janeiro de 2015, o Bacen seguiu com o ciclo de alta da taxa de juros, aumentando a taxa Selic em 50 bps para 12,3% a.a. – o ciclo anterior de aumento da taxa básica de juros (Selic) de 375 bps, que ocorreu entre abril de 2013 e abril de 2014, contribuiu para a desaceleração do ritmo de crescimento da carteira de crédito. O estoque de crédito avançou 11,3% nos doze meses encerrados em dezembro de 2014, após ter registrado crescimento de 11,7% em novembro de 2014. O crédito imobiliário, que cresce ao redor de 30,0% continua impulsionando o crédito e superando a taxa de expansão das demais modalidades.

As exportações brasileiras recuaram fortemente em 7,0% no acumulado de 12 meses encerrados em dezembro, somando US\$225,1 bilhões, e as importações registraram queda de 4,4%, atingindo US\$229,0 bilhões. Dessa forma, o saldo da balança comercial apresentou um resultado negativo de US\$3,9 bilhões. O déficit em transações correntes totalizou US\$90,9 bilhões, no acumulado de 12 meses até dezembro, enquanto o total de investimentos estrangeiros diretos (IED) no mesmo período foi de US\$62,5 bilhões.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

---

Nas contas públicas, o fraco ritmo da atividade econômica e as isenções tributárias têm pesado negativamente sobre a arrecadação, e o resultado primário acumula apenas 0,2% do PIB nos 12 meses encerrados em novembro de 2014. No mesmo período, a necessidade de financiamento do setor público atingiu 5,8% do PIB. A dívida líquida do setor público alcançou 36,2% do PIB ao final de novembro e a dívida bruta alcançou, no mesmo período, 63% do PIB.

**Outras Informações**

A Companhia tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no exercício de 2014, não foram contratados da KPMG Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

**Agradecimentos**

A Administração da Companhia agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2015  
**O Conselho de Administração**  
**A Diretoria**

\*\*\*\*\*

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Ativo Circulante</b>		<b>61.841</b>	<b>60.414</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4&amp;15.d</b>	<b>4.046</b>	<b>10.265</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>4</b>	<b>28.010</b>	<b>-</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		28.010	-
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>(2.255)</b>	<b>2.173</b>
Arrendamentos a Receber:			
Setor Privado	6.a	191.315	216.601
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.a	(184.160)	(206.091)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.d	(9.410)	(8.337)
<b>Outros Créditos</b>		<b>18.232</b>	<b>27.088</b>
Créditos Tributários	7	10.555	3.582
Diversos	8	7.677	23.506
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>13.808</b>	<b>20.888</b>
Outros Valores e Bens	6.a	1.280	1.044
Despesas Antecipadas		12.528	19.844
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>304.532</b>	<b>301.163</b>
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>2.981</b>	<b>8.178</b>
Arrendamentos a Receber:			
Setor Privado	6.a	266.049	332.609
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	6.a	(251.214)	(313.020)
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	6.d	(11.854)	(11.411)
<b>Outros Créditos</b>		<b>289.057</b>	<b>272.842</b>
Créditos Tributários	7	197.436	205.867
Diversos	8	91.621	66.975
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>12.494</b>	<b>20.143</b>
Despesas Antecipadas		12.494	20.143
<b>Permanente</b>		<b>3.117.384</b>	<b>3.624.516</b>
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>3</b>	<b>4</b>
Outras Imobilizações de Uso		5	5
(Depreciações Acumuladas)		(2)	(1)
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>	<b>9</b>	<b>3.117.381</b>	<b>3.624.512</b>
Bens Arrendados		3.001.825	3.491.289
Superveniência de Depreciação		1.370.253	1.344.646
(Depreciações Acumuladas)		(1.254.697)	(1.211.423)
<b>Total do Ativo</b>		<b>3.483.757</b>	<b>3.986.093</b>

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<b>Nota</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Passivo Circulante</b>		<b>973.086</b>	<b>1.193.487</b>
<b>Depósitos</b>		<b>115.153</b>	<b>350.693</b>
Depósitos Interfinanceiros	10	115.153	350.693
<b>Outras Obrigações</b>		<b>857.933</b>	<b>842.794</b>
Sociais e Estatutárias		54.979	37.970
Fiscais e Previdenciárias	11	6.149	4.443
Diversas	12	796.805	800.381
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo</b>		<b>1.773.231</b>	<b>2.109.774</b>
<b>Depósitos</b>		<b>-</b>	<b>101.021</b>
Depósitos Interfinanceiros	10	-	101.021
<b>Outras Obrigações</b>		<b>1.773.231</b>	<b>2.008.753</b>
Fiscais e Previdenciárias	11	433.572	406.055
Diversas	12	1.339.659	1.602.698
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>14</b>	<b>737.440</b>	<b>682.832</b>
Capital Social:			
De Domiciliados no País		448.152	448.152
Reservas de Lucros		289.288	234.680
<b>Total do Passivo</b>		<b>3.483.757</b>	<b>3.986.093</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<b>Nota</b>	<b>01/07 a 31/12/2014</b>	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>391.539</b>	<b>738.231</b>	<b>745.841</b>
Operações de Arrendamento Mercantil		391.303	737.988	745.831
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		236	243	10
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>		<b>(337.660)</b>	<b>(723.807)</b>	<b>(827.310)</b>
Operações de Captação no Mercado		(11.484)	(32.678)	(64.229)
Operações de Arrendamento Mercantil		(326.735)	(688.336)	(760.641)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e	559	(2.793)	(2.440)
<b>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</b>		<b>53.879</b>	<b>14.424</b>	<b>(81.469)</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>		<b>(21.564)</b>	<b>(42.987)</b>	<b>(44.775)</b>
Rendas de Tarifas Bancárias		2.919	7.097	9.703
Outras Despesas Administrativas		(5.842)	(11.422)	(12.023)
Despesas Tributárias		(8.107)	(16.154)	(15.711)
Outras Receitas Operacionais	16	9.408	17.582	13.039
Outras Despesas Operacionais	17	(19.942)	(40.090)	(39.783)
<b>Resultado Operacional</b>		<b>32.315</b>	<b>(28.563)</b>	<b>(126.244)</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>18</b>	<b>28.130</b>	<b>145.472</b>	<b>246.326</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>		<b>60.445</b>	<b>116.909</b>	<b>120.082</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>19</b>	<b>(23.430)</b>	<b>(45.292)</b>	<b>(47.141)</b>
Provisão para Imposto de Renda		(9.198)	(24.161)	(50.235)
Provisão para Contribuição Social		(9.857)	(19.673)	(19.545)
Ativo Fiscal Diferido		(4.375)	(1.458)	22.639
<b>Lucro Líquido</b>		<b>37.015</b>	<b>71.617</b>	<b>72.941</b>
Nº de Ações (Mil)	14.a	243	243	243
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		152.325,10	294.720,16	300.168,72

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva Estatutária		
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2012</b>		<b>448.152</b>	<b>12.576</b>	<b>166.486</b>	-	<b>627.214</b>
Lucro Líquido		-	-	-	72.941	72.941
Destinações:						
Reserva Legal		-	3.647	-	(3.647)	-
Dividendos	14.b	-	-	-	(17.323)	(17.323)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	51.971	(51.971)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2013</b>		<b>448.152</b>	<b>16.223</b>	<b>218.457</b>	-	<b>682.832</b>
Lucro Líquido		-	-	-	71.617	71.617
Destinações:						
Reserva Legal		-	3.581	-	(3.581)	-
Dividendos	14.b	-	-	-	(17.009)	(17.009)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	51.027	(51.027)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>		<b>448.152</b>	<b>19.804</b>	<b>269.484</b>	-	<b>737.440</b>
<b>Saldos em 30 de Junho de 2014</b>		<b>448.152</b>	<b>17.953</b>	<b>251.329</b>	-	<b>717.434</b>
Lucro Líquido		-	-	-	37.015	37.015
Destinações:						
Reserva Legal		-	1.851	-	(1.851)	-
Dividendos	14.b	-	-	-	(17.009)	(17.009)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	18.155	(18.155)	-
<b>Saldos em 31 de Dezembro de 2014</b>		<b>448.152</b>	<b>19.804</b>	<b>269.484</b>	-	<b>737.440</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>01/07 a</u> <u>31/12/2014</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2014</u>	<u>01/01 a</u> <u>31/12/2013</u>
<b>Atividades Operacionais</b>				
<b>Lucro Líquido</b>		<b>37.015</b>	<b>71.617</b>	<b>72.941</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido</b>		<b>1.662</b>	<b>24.872</b>	<b>49.382</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e	(559)	2.793	2.440
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(3.843)	4.189	25.705
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos	13.c	6.064	17.890	21.237
<b>Variações em Ativos e Passivos</b>		<b>(17.012)</b>	<b>(74.697)</b>	<b>(120.076)</b>
Redução (Aumento) em Operações de Arrendamento Mercantil		161.955	265.838	184.143
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(9.004)	(8.816)	(42.049)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		8.621	14.965	8.619
Aumento (Redução) em Depósitos		(173.579)	(336.561)	(272.509)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		20.478	24.778	21.687
Imposto Pago		(25.483)	(34.901)	(19.967)
<b>Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais</b>		<b>21.665</b>	<b>21.792</b>	<b>2.247</b>
<b>Aumento Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		<b>21.665</b>	<b>21.792</b>	<b>2.247</b>
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período</b>	<b>4</b>	<b>10.392</b>	<b>10.265</b>	8.018
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período</b>	<b>4</b>	<b>32.057</b>	<b>32.057</b>	10.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<u>Nota</u>	<u>01/01 a 31/12/2014</u>		<u>01/01 a 31/12/2013</u>	
Receitas da Intermediação Financeira		738.231		745.841	
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		7.098		9.703	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.e	(2.793)		(2.440)	
Outras Receitas e Despesas		122.964		219.582	
Despesas da Intermediação Financeira		(721.014)		(824.870)	
Insumos de Terceiros		(11.422)		(12.023)	
Serviços de Terceiros		(5.758)		(5.400)	
Outros		(5.664)		(6.623)	
<b>Valor Adicionado Bruto/Líquido Produzido/a Distribuir</b>		<b>133.064</b>		<b>135.793</b>	
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>					
Impostos, Taxas e Contribuições		61.447	46,2%	62.852	46,3%
Federais		55.921		57.100	
Municipais		5.526		5.752	
Remuneração de Capitais Próprios		71.617	53,8%	72.941	53,7%
Dividendos	14.b	17.009		17.323	
Reinvestimentos de Lucros		54.608		55.618	
<b>Total</b>		<b>133.064</b>	<b>100,0%</b>	<b>135.793</b>	<b>100,0%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**1. Contexto Operacional**

A Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras da Companhia, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 25 de fevereiro de 2015.

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Santander, que inclui a Companhia e a RCI Brasil, e as demonstrações financeiras consolidadas das empresas financeiras Renault, compostas pela Companhia e RCI Brasil, elaboradas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board (IASB), do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram divulgadas, no prazo legal, na CVM (empresas financeiras Renault) e no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri) (Conglomerado Santander).

**3. Principais Práticas Contábeis****a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Companhia.

**b) Apuração do Resultado**

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

**c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo**

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

**d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**e) Carteira de Arrendamento e Provisão para Perdas**

A carteira de operações de arrendamentos a receber é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados “pro rata” dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

Normalmente, a Companhia efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No caso de operações de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de arrendamento baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

**f) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de arrendamento mercantil.

**g) Permanente**

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

**g.1) Imobilizado**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base na seguinte taxa anual: móveis e equipamentos de uso - 10%.

**g.2) Imobilizado de Arrendamento**

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

**g.3) Insuficiência/Superveniência de Depreciação**

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

**g.4) Perdas em Arrendamentos a Amortizar**

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica “bens arrendados”.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

**i) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias.

**j) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal e sobre os prejuízos fiscais.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na nota 7.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, aprovada pela Administração da Companhia na reunião realizada no dia 25 de fevereiro de 2015.

**k) Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

**4. Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4.046</b>	<b>10.265</b>	<b>3.518</b>
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>28.011</b>	<b>-</b>	<b>4.500</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	28.011	-	4.500
<b>Total</b>	<b>32.057</b>	<b>10.265</b>	<b>8.018</b>

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**5. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade**

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais.

As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados com as metodologias do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), do qual a Companhia faz parte do conglomerado financeiro. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basileia II do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Companhia e seus eventuais "hedges".

A Companhia efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições:

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Companhia, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira do dia 31 de dezembro de 2014 e não apresentava saldo na carteira de negociação.

**Carteira "Banking"**

<b>Fatores de Risco</b>	<b>Descrição</b>	<b>Cenário 1</b>	<b>Cenário 2</b>	<b>Cenário 3</b>
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(250)	(7.898)	(15.537)
<b>Total <sup>(1)</sup></b>		<b>(250)</b>	<b>(7.898)</b>	<b>(15.537)</b>

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

**Cenário 1:** uma situação considerada provável pela Administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros.

**Cenário 2:** uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

**Cenário 3:** uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**6. Carteira de Arrendamento e Provisão para Perdas**

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

**a) Carteira de Arrendamento**

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	1.407.507	1.745.732
Arrendamentos a Receber	457.364	549.210
Valores Residuais a Realizar <sup>(1)</sup>	950.143	1.196.522
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(435.374)	(519.111)
Valores Residuais a Balancear	(950.143)	(1.196.522)
Outros Valores e Bens	1.280	1.044
Imobilizado de Arrendamento (Nota 9)	3.117.381	3.624.512
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 12)	(2.032.496)	(2.280.384)
<b>Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>	<b>1.108.155</b>	<b>1.375.271</b>
<b>Circulante</b>	<b>559.781</b>	<b>664.806</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>548.374</b>	<b>710.465</b>

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$299.354 (31/12/2013 - R\$370.461).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que sejam considerados relevantes.

**b) Carteira por Vencimento**

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil</b>		
Vencidas	16.418	15.534
A Vencer:		
Até 1 Ano	603.560	716.506
De 1 a 5 Anos	787.182	1.013.194
Acima de 5 Anos	347	498
<b>Total</b>	<b>1.407.507</b>	<b>1.745.732</b>

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Carteira de Arrendamento a Valor Presente</b>		
Vencidas	9.230	8.414
A Vencer:		
Até 1 Ano	559.781	664.806
De 1 a 5 Anos	539.009	701.852
Acima de 5 Anos	135	199
<b>Total</b>	<b>1.108.155</b>	<b>1.375.271</b>

**c) Carteira por Setor de Atividades a Valor Presente**

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<b>Setor Privado</b>		
Indústria	2.190	3.731
Comércio	14.898	22.992
Instituições Financeiras	10	24
Serviços e Outros	21.214	32.652
Pessoas Físicas	1.069.843	1.315.872
<b>Total</b>	<b>1.108.155</b>	<b>1.375.271</b>

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**d) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco**

Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Carteira de Créditos				Provisão Requerida	
		Curso Normal	Curso Anormal <sup>(1)</sup>	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
				Total	Total	Total	Total
AA	-	4.251	-	4.251	212	-	-
A	0,5%	988.716	-	988.716	1.248.554	4.944	6.243
B	1%	26.465	29.464	55.929	67.882	559	679
C	3%	6.070	24.095	30.165	34.091	905	1.023
D	10%	3.817	7.206	11.023	9.182	1.102	918
E	30%	-	3.477	3.477	3.902	1.044	1.170
F	50%	-	2.621	2.621	2.398	1.311	1.199
G	70%	-	1.912	1.912	1.781	1.338	1.247
H	100%	-	10.061	10.061	7.269	10.061	7.269
<b>Total</b>		<b>1.029.319</b>	<b>78.836</b>	<b>1.108.155</b>	<b>1.375.271</b>	<b>21.264</b>	<b>19.748</b>

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas.

**e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
<b>Saldo Inicial</b>	<b>19.748</b>	<b>18.270</b>
Constituição	2.793	2.440
Baixas	(1.277)	(962)
<b>Saldo Final</b>	<b>21.264</b>	<b>19.748</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.410</b>	<b>8.337</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>11.854</b>	<b>11.411</b>

Foram recuperados no exercício, créditos no valor de R\$2.567 (2013 - R\$2.023), registrados como receita da intermediação financeira na rubrica operações de arrendamento mercantil.

**7. Créditos Tributários**

**a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários**

	Saldo em 31/12/2013	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.272	2.255	(1.174)	10.353
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	507	757	(215)	1.049
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	12.964	5.544	(5)	18.503
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	41	-	-	41
Outras Provisões Temporárias	244	322	(338)	228
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>23.028</b>	<b>8.878</b>	<b>(1.732)</b>	<b>30.174</b>
Prejuízos Fiscais	186.421	-	(8.604)	177.817
<b>Total dos Créditos Tributários</b>	<b>209.449</b>	<b>8.878</b>	<b>(10.336)</b>	<b>207.991</b>
<b>Circulante</b>	<b>3.582</b>			<b>10.555</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>205.867</b>			<b>197.436</b>



**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<b>Saldo em</b> <b>31/12/2012</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo em</b> <b>31/12/2013</b>
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.079	1.282	(89)	9.272
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Cíveis	324	404	(221)	507
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	8.345	4.619	-	12.964
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos				
- Ações Trabalhistas	-	41	-	41
Outras Provisões Temporárias	<b>1.302</b>	-	<b>(1.058)</b>	<b>244</b>
<b>Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias</b>	<b>18.050</b>	<b>6.346</b>	<b>(1.368)</b>	<b>23.028</b>
Prejuízos Fiscais	168.760	17.661	-	186.421
<b>Total dos Créditos Tributários Circulante</b>	<b>11.096</b>			<b>3.582</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>175.714</b>			<b>205.867</b>

A Companhia não possui créditos tributários não registrados.

**b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários**

<u>Ano</u>	<b>31/12/2014</b>			<u>Total</u>
	<b>Diferenças Temporárias</b>		<b>Prejuízos</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Fiscais</b>	
2015	2.533	1.496	6.526	10.555
2016	4.532	2.696	8.548	15.776
2017	11.796	6.685	27.414	45.895
2018	136	82	31.353	31.571
2019	136	82	31.895	32.113
2020 a 2022	-	-	72.081	72.081
<b>Total</b>	<b>19.133</b>	<b>11.041</b>	<b>177.817</b>	<b>207.991</b>

<u>Ano</u>	<b>31/12/2013</b>			<u>Total</u>
	<b>Diferenças Temporárias</b>		<b>Prejuízos</b>	
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Fiscais</b>	
2014	2.253	1.329	-	3.582
2015	2.015	1.186	-	3.201
2016	10.261	5.764	30.672	46.697
2017	69	41	40.898	41.008
2018	69	41	44.952	45.062
2019 a 2021	-	-	69.899	69.899
<b>Total</b>	<b>14.667</b>	<b>8.361</b>	<b>186.421</b>	<b>209.449</b>

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

**c) Valor Presente dos Créditos Tributários**

O valor presente total dos créditos tributários é de R\$149.594 (31/12/2013 - R\$155.759), calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**8. Outros Créditos - Diversos**

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Devedores por Depósitos em Garantia		
Para Interposição de Recursos Fiscais	55.185	39.314
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	153	144
Outros	807	612
Impostos e Contribuições a Compensar	35.449	26.481
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 15.d)	7.700	23.461
Outros	4	469
<b>Total</b>	<b>99.298</b>	<b>90.481</b>
<b>Circulante</b>	<b>7.677</b>	<b>23.506</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>91.621</b>	<b>66.975</b>

**9. Imobilizado de Arrendamento**

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento (Nota 6.a), e tem a seguinte composição:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Veículos e Afins	3.001.425	3.491.260
Máquinas e Equipamentos	29	29
Depreciações Acumuladas	(1.254.697)	(1.211.423)
Superveniências de Depreciações	1.370.253	1.344.646
Perdas em Arrendamentos a Amortizar	371	-
<b>Total</b>	<b>3.117.381</b>	<b>3.624.512</b>

Os bens estão compromissados para venda aos arrendatários, conforme opção destes, quando da liquidação dos respectivos contratos de arrendamento. O seguro dos bens arrendados é efetuado pelo arrendatário, com cláusula de benefício em favor da Companhia. Foi registrado uma superveniência de depreciação no valor de R\$25.607 no exercício (2013 - R\$213.547), equivalente ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinado de acordo com as taxas de retorno de cada operação, em conformidade com a Instrução CVM 58/1986 e Circular Bacen 1.429/1989.

**10. Depósitos**

Representados por depósitos interfinanceiros no montante de R\$115.153 (31/12/2013 - R\$451.714), sendo com vencimento de 3 a 12 meses

**11. Fiscais e Previdenciárias**

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Provisão para Tributos Diferidos	343.767	341.036
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13.b)	91.088	68.820
Impostos e Contribuições a Pagar	4.866	642
<b>Total</b>	<b>439.721</b>	<b>410.498</b>
<b>Circulante</b>	<b>6.149</b>	<b>4.443</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>433.572</b>	<b>406.055</b>

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos**

	<b>Saldo em</b> <b>31/12/2013</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo em</b> <b>31/12/2014</b>
Superveniência de Arrendamento Mercantil	336.162	6.401	-	342.563
Comissões Diferidas	4.874	-	(3.670)	1.204
<b>Total</b>	<b>341.036</b>	<b>6.401</b>	<b>(3.670)</b>	<b>343.767</b>

  

	<b>Saldo em</b> <b>31/12/2012</b> <b>Ajustado</b>	<b>Constituição</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo em</b> <b>31/12/2013</b>
Superveniência de Arrendamento Mercantil	282.775	53.387	-	336.162
Comissões Diferidas	9.917	-	(5.043)	4.874
<b>Total</b>	<b>292.692</b>	<b>53.387</b>	<b>(5.043)</b>	<b>341.036</b>

**12. Outras Obrigações - Diversas**

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 6.a)	2.032.496	2.280.384
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	2.726	1.371
Outras <sup>(1)</sup>	101.242	121.324
<b>Total</b>	<b>2.136.464</b>	<b>2.403.079</b>
<b>Circulante</b>	<b>796.805</b>	<b>800.381</b>
<b>Longo Prazo</b>	<b>1.339.659</b>	<b>1.602.698</b>

(1) Inclui, rendas relativas aos subsídios de taxas de juros recebidos do Grupo Renault. Os recursos são apropriados exponencialmente ao resultado pela fluência dos prazos dos respectivos contratos de arrendamentos no valor de R\$97.208 (31/12/2013 - R\$116.979).

**13. Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

**a) Ativos Contingentes**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

**b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza**

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 11)	91.088	68.820
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 12)	2.726	1.371
Ações Trabalhistas	102	102
Ações Cíveis	2.624	1.269
<b>Total</b>	<b>93.814</b>	<b>70.191</b>

**c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais**

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>		
	<b>Fiscais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>68.820</b>	<b>102</b>	<b>1.269</b>
Constituição Líquida de Reversão <sup>(1)</sup>	15.998	-	1.892
Pagamentos	6.270	-	(537)
<b>Saldo Final</b>	<b>91.088</b>	<b>102</b>	<b>2.624</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	50.001	-	-

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	<b>01/01 a 31/12/2013</b>		
	<b>Fiscais</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Cíveis</b>
<b>Saldo Inicial</b>	<b>48.698</b>	-	<b>811</b>
Constituição Líquida de Reversão <sup>(1)</sup>	20.125	102	1.010
Pagamentos	(3)	-	(552)
<b>Saldo Final</b>	<b>68.820</b>	<b>102</b>	<b>1.269</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos <sup>(2)</sup>	39.125	-	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras operacionais e IR e CSLL.

(2) Não contempla os depósitos em garantia para as contingências possíveis e/ou remotas e depósitos recursais.

**d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária**

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são:

**PIS e Cofins** - R\$37.949 (31/12/2013 - R\$27.665): a Companhia ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias.

**Majoração de Alíquota da CSLL** - R\$52.802 (31/12/2013 - R\$40.807): A Companhia ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

**e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível**

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito.

As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

**f)** A Companhia não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível individualmente significativo. Os passivos contingentes constantes, não significativos, importam em aproximadamente R\$6.256 para ações cíveis e R\$22.002 para ações fiscais. A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e".

**14. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o capital social no valor de R\$448.152 é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em milhares de ações):

	<b>Ordinárias</b>	<b>Preferenciais</b>	<b>Total</b>
De Domiciliados no País	163	80	243
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>80</b>	<b>243</b>

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

**c) Reservas Estatutárias**

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

**15. Partes Relacionadas****a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia realizada em 30 de abril de 2014, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2014 foi fixado o valor máximo de R\$10. A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam na RCI Banque e no Banco Santander, seus controladores.

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Em 2014 e 2013, não foram registradas despesas com honorários para a Diretoria e Conselho de Administração e planos de aposentadoria complementar.

**b) Operações de Crédito**

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

I - diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;

II - pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;

III - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;

IV - pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

**c) Participação Acionária**

A Companhia é controlada pela RCI Brasil que possui participação direta de 243 mil ações equivalentes a 100,0% do capital social.

**d) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

As principais transações e saldos são conforme segue:

	<b>Ativos (Passivos)</b>		<b>Receitas (Despesas)</b>	
	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>4.046</b>	<b>10.265</b>	-	-
Banco Santander <sup>(3)</sup>	4.046	10.265	-	-
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas <sup>(6)</sup></b>	<b>7.700</b>	<b>23.461</b>	<b>60.039</b>	<b>62.642</b>
Renault do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	7.220	22.837	45.756	44.442
Nissan do Brasil S.A. <sup>(4)</sup>	480	624	14.283	18.200
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	-	<b>(192.275)</b>	<b>(8.865)</b>	<b>(31.687)</b>
RCI Brasil <sup>(2)</sup>	-	(192.275)	(8.865)	(31.687)
<b>Dividendos e Bonificações a Pagar</b>	<b>(54.978)</b>	<b>(37.969)</b>	-	-
RCI Brasil <sup>(2)</sup>	(54.978)	(37.969)	-	-
<b>Valores a Pagar a Sociedades Ligadas</b>	<b>612</b>	<b>(340)</b>	<b>(4.038)</b>	<b>(4.045)</b>
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. <sup>(1) (5)</sup>	612	(340)	(4.038)	(4.045)

(1) As despesas referem-se a despesas administrativas - convênio operacional.

(2) Controladora direta da Companhia.

(3) Controlador indireto da Companhia em conjunto (RCI Banque = 60,11% e Banco Santander = 39,89%).

(4) Coligadas da controladora indireta RCI Banque.

(5) Subsidiária do controlador indireto Banco Santander.

(6) Valores a receber das montadoras, referente a equalização de taxas de juros.

**16. Outras Receitas Operacionais**

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>
Reversão de Provisões Operacionais - Outras	555	332
Atualização de Depósitos Judiciais	4.185	2.639
Atualização de Impostos a Compensar	2.460	1.359
Comissão de Permanência sobre Contratos em Atraso	5.152	4.561
Recuperação de Encargos e Despesas	5.219	4.135
Outras	11	13
<b>Total</b>	<b>17.582</b>	<b>13.039</b>

**17. Outras Despesas Operacionais**

	<b>01/01 a 31/12/2014</b>	<b>01/01 a 31/12/2013</b>
Despesas com Comissões Comerciais e de Agenciamento	28.406	30.195
Descontos Concedidos	2.229	3.800
Provisões Operacionais		
Fiscais (Nota 13.c)	3.576	2.056
Trabalhistas (Nota 13.c)	-	102
Cíveis (Nota 13.c)	1.892	1.010
Outras	25	-
Gastos com Contratos em Atraso	2.994	1.835
Outras	968	785
<b>Total</b>	<b>40.090</b>	<b>39.783</b>

**18. Resultado não Operacional**

Representado, substancialmente, por resultados na alienação de imobilizado de arrendamento no valor de R\$145.511 (2013 - R\$246.196).

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**19. Imposto de Renda e Contribuição Social**

	<b>01/01 a</b> <b>31/12/2014</b>	<b>01/01 a</b> <b>31/12/2013</b>
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>	116.909	<b>120.082</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente</b>	(46.764)	<b>(48.033)</b>
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis	1.448	892
Demais Ajustes	24	-
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(45.292)</b>	<b>(47.141)</b>

**20. Eventos Subsequentes**

**a) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários**

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficam limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade. As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

- a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;
- b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e
- c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

A Companhia está avaliando a melhor estratégia de aplicação do requerido pela nova regulamentação.

**b) Alteração na Alíquota de IOF**

O Decreto 8.392, de 20 de janeiro de 2015, alterou o Decreto 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros ou relativas a títulos e valores mobiliários – IOF. O Decreto, que entra em vigor na data de sua publicação, eleva a alíquota de 1,5% para 3% para operações de crédito para o consumidor, dentre outras alterações. A Companhia não espera efeitos relevantes em suas operações como consequência dessa alteração na alíquota.

**COMPANHIA DE ARRENDAMENTO MERCANTIL RCI BRASIL**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

---

**21. Outras Informações**

a) Em consonância à Resolução do CMN 3.198/2004, a Companhia aderiu ao comitê de auditoria único, por intermédio da instituição líder, Banco Santander.

b) As instituições integrantes do Conglomerado Financeiro Santander optaram pela constituição de estrutura única de gerenciamento de risco de crédito, que opera de acordo com a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais, visando proteger o capital e garantir a rentabilidade dos negócios.

O resumo do relatório do comitê de auditoria e o resumo da descrição da estrutura de gerenciamento do risco de crédito foram divulgados e publicados em conjunto com as demonstrações financeiras do Banco Santander, disponíveis no endereço eletrônico [www.santander.com.br/ri](http://www.santander.com.br/ri).

\*\*\*\*\*



## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### **Presidente**

Éric Jean Spielrein

### **Conselheiros Efetivos**

André de Carvalho Novaes  
Dominique Edmond Pierre Signora  
João Guilherme de Andrade So Consiglio  
Oscar Rodriguez Herrero  
Philippe Jean Claude Buros

### **Suplente do Presidente do Conselho**

Alain Gérard Ballu

### **Conselheiros Suplentes**

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli  
Carlos Alberto López Galán  
Nilton Sergio Silveira Carvalho  
Thierry Gérard Alaux  
William Cossermelli

## DIRETORIA

### **Diretor Presidente e Diretor de Risco**

Dominique Edmond Pierre Signora

### **Diretor de Relações Institucionais**

André de Carvalho Novaes

### **Diretor CrediNissan**

Thierry Gérard Alaux

### **Diretor Administrativo Financeiro**

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

### **Contador**

Flaminio Oliveira Ferreira - CRC 1RS 067739/O-6 S-PR

# **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Conselheiros e Diretores da  
Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil  
Curitiba – PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (“CAM RCI Brasil”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da CAM RCI Brasil é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da CAM RCI Brasil para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAM RCI Brasil.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

## **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras**

A CAM RCI Brasil registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem

o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras nº 3.g.3. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2014 e do resultado para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras”, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Outros assuntos**

#### ***Demonstrações do valor adicionado***

Revisamos também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaborada sob a responsabilidade da Administração da CAM RCI Brasil, cuja apresentação nas demonstrações financeiras é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários e pela legislação societária brasileira. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### ***Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior***

A demonstração financeira correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentada para fins de comparação foi anteriormente auditada por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 20 de fevereiro de 2014, que conteve ressalva relacionada ao ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil.

Curitiba, 25 de fevereiro de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6

Charles Domingos de Almeida  
Contador CRC PR-039655/O-9